



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

A PEDAGOGIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REPÚBLICA COMUNISTA CRISTÃ DOS GUARANIS, SEGUNDO CLOVIS LUGON

Eduardo Girão Santiago²³⁴
Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo relata o projeto de criação e organização das missões e reduções jesuíticas na região dos Sete Povos, no cone sul da América ibérica. Analisa a influência da pedagogia dos inacianos e do *modus vivendi* dos guaranis, aspectos que culminaram com o êxito da organização política, administrativa e econômica dessa experiência. A base metodológica do texto fundamenta-se na obra *A República Guarani*, de Clovis Lugon, entrecortada por interpretações históricossociológicas de Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Amarílio Ferreira Jr. O tema da economia solidária foi lastreado com base em Paul Singer. O artigo intenta demonstrar que a combinação da pedagogia jesuítica com a cultura guaranítica moldaram um estilo de vida comunal e solidário no século XVII que se antecipou aos tratados socialistas europeus e da economia solidária contemporânea.

Palavras-chave: Pedagogia jesuítica, missões, economia solidária

1. INTRODUÇÃO

Em 1587, os jesuítas adentraram o território do Paraguai. Após incursões dos padres Ortega e Fields na região denominada Guairá, informaram aos seus superiores terem encontrado cerca de 200 mil guaranis ainda livres que “pareciam muito adequados ao reino de Deus”. (LUGON, 2010: 24).

As buscas dos missionários junto aos indígenas nômades não culminaram em êxito de imediato, tampouco na constituição de comunidades cristãs sólidas e duradouras. Fez-se necessário fixar os índios em torno de uma igreja e preservá-los da corrupção dos colonialistas. Estabelecera-se um clima favorável para a ação catequética dos inacianos junto aos guaranis. O rei de Espanha, Felipe III, ordenou aos seus súditos do Paraguai que não escravizassem os índios do Guairá. Estava, pois, criado o estatuto das reduções que, a princípio, protegeria os gentios guaranis dos colonos espanhóis.

Desde então, seis sacerdotes jesuítas iniciaram o seu apostolado junto aos guaranis livres, sob a orientação dos padres Simon Maceta e José Cataldino, célebres articuladores na história da República Guarani.

A reputação de zelo dos jesuítas das missões ou reduções paraguaias pela liberdade dos índios cada vez mais foi difundida. Em 1612, chegou da Espanha o padre Antonio Ruiz de Montoya, o grande realizador do “Estado dos Jesuítas” e superior da República Guarani, de 1620 a 1637. A vinda deste soldado de Jesus está associada ao socorro aos padres Cataldino e Maceta, que não mais davam conta de novos contingentes indígenas que pleiteavam colocar-se sob a sua direção nas missões.

²³⁴ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais /UFC . Email – egsantiago@terra.com.br



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

As reduções se multiplicavam e contavam, neste período, com cerca de dois mil habitantes indígenas catequizados. A prática pedagógico-catequética dos padres da Companhia de Jesus era substantiva:

Eles queriam transformar essa gente pela criação de novos hábitos sociais, deixando agir a influência dos líderes, a disciplina coletiva, o sentido de responsabilidade amplamente desenvolvido pelas múltiplas funções criadas, enfim, pelo sentimento tranquilizador de uma nova segurança. (LUGON, 2010:30).

Para realizar essa empreitada, não bastava para os missionários jesuítas terem-se livrado da pressão dos colonizadores. A questão mais complexa dizia respeito ao estabelecimento de tribos nômades em lugares a serem transformados em reduções. Impunha-se construir, providenciar a compra de gado, trabalhar a terra e plantar. Sendo os guaranis pouco afeitos ao trabalho sistematizado, os jesuítas perceberam que tinham que dar o exemplo, trabalhando duro, participando de todas as tarefas. Tiveram que se transformar em carpinteiros, pedreiros, lavradores e lenhadores.

Por volta do ano de 1630, já eram exemplares os resultados do processo civilizatório implantado pelos inacianos na maioria das reduções e missões. Lugon chama a atenção para o desenvolvimento em que se encontravam a agricultura, os ofícios manuais e um visível progresso material, superior ao crescimento religioso. Por toda a parte, o êxito das reduções surpreendia os superiores da ordem e inquietava os colonizadores. Por essa época, a importância e o significado das missões jesuíticas já eram reconhecidos. Em menos de trinta anos, havia certa homogeneidade em termos de resultados. A economia, a vida religiosa, as instituições políticas e sociais compunham um todo homogêneo, fruto de uma concepção e implantação planejadas. Estavam, pois, delineadas as faces articuladas da organização da República Guarani, quase em sua feição definitiva.

Como pôde esta “grande experiência” se estruturar com tamanho êxito numa nação inusitada, fantástica e única na história humana? Que fatores impulsionaram a República Guarani ao *status* de “comunista-cristã”? O que tinha como diferente das demais reduções jesuíticas no Continente Sul-Americano? Era, de fato, uma antecipação de ideias e práticas comunistas e socialistas da Europa? As normas de produção e distribuição dos bens configuraram o que, hoje, se denomina economia solidária? E que receios preocuparam as duas potências da época, Espanha e Portugal, ao ponto de juntarem os seus exércitos para destruir esta “obra-prima” de experiência de vida comunal, comparada até com a prática dos primeiros cristãos?

A par desta contextualização, tentaremos aprofundar a análise do programa educacional dos inacianos na “República Comunista Cristã dos Guaranis”, evidentemente considerando que o mérito desta experiência pode ter sido determinado pela mescla desta pedagogia com um padrão cultural avançado dos guaranis, dando ênfase e tentando estabelecer relações diretas entre o método educacional jesuítico - guarani e a organização política, a estruturação socioeconômica, o regime da propriedade, a divisão social do trabalho, a vida social e religiosa da República dos Sete Povos.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Em suma, neste artigo buscaremos analisar a combinação da ação pedagógico-religiosa jesuítica com as práticas de economia comunal e solidária, vivenciadas nas missões e reduções dos jesuítas e dos guaranis.

2. AÇÕES PEDAGÓGICAS E CATEQUÉTICAS DOS JESUÍTAS NA AMÉRICA DO SUL

A Reforma luterana contribuiu, sobremaneira, algumas décadas depois de sua deflagração, para o surgimento da Companhia de Jesus. A teologia da igreja Católica considerava diabólica a ação luterana que colocou em xeque os dogmas do catolicismo e por ter usurpado muitos de seus fiéis. Na opinião de Fábio Ramos e Marcus Morais, a reação à petulância de Lutero da parte de Deus foi presentear a América aos europeus, recompondo, assim, o número de cristãos arrestados pelas reformas de Lutero. Ali, no Novo Continente, estavam os gentios, sem pecados e passíveis da ação evangelizadora dos jesuítas. (RAMOS; MORAIS, 2010:59). A vertente da “boa-fé” da colonização ibérica das Américas, pode se sustentar, ainda, na perspectiva de que,

Teologicamente a colonização, quer nos aspectos políticos, quer nos da evangelização, assenta na teoria legitimadora da “guerra justa” que se radica no que se entendia então ser o dever de civilizar, de por termo à infidelidade, ao paganismo e, maximamente, às práticas antropofágicas e idolátricas. Teoria que São Tomás de Aquino elaborou na Suma Teológica (1266-73) e que, durante séculos justificou a conquista e ocupação de terras, e de condição prévia para a evangelização. (CRISTÓVÃO, 2003:267).

Incorporando um tom mais crítico a estas opiniões, Ribeiro (1995), assinala que o projeto jesuítico de colonização nos primórdios do Brasil teria sido sem escrúpulo humanitário, embora décadas mais tarde tenha se contraposto veementemente ao projeto de colonização leiga, ensejando sérios conflitos entre os padres da Companhia de Jesus e os colonizadores dos núcleos agrário-mercantis. O autor em foco chega a dizer que os inacianos concebiam os indígenas como criaturas de Deus e “donos originais da Terra” e com perspectivas de sobrevivência, se renunciassem as suas heresias para “se incorporarem ao rebanho da Igreja, na condição de operários da empresa colonial recolhidos às missões”. Por sua vez, os colonos consideravam os índios como “gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão.” (RIBEIRO, 1995: 53). Vale destacar a opinião de Ribeiro sobre a ação catequética dos missionários:

A tarefa a que os missionários se propunham não era transplantar os modos europeus de ser e de viver para o Novo mundo. Era, ao contrário, recriar aqui o humano, desenvolvendo suas melhores potencialidades, para implantar, afinal, uma sociedade solidária, igualitária, orante e pia, nas bases sonhadas pelos profetas. Essa utopia socialista e seráfica floresce nas Américas, recorrendo às tradições do cristianismo primitivo e às mais generosas profecias messiânicas. Ela se funda, por igual, no pasmo dos missionários diante da inocência adâmica e do solidarismo edêmico que se capacitavam a ver nos índios, à medida que com eles conviviam. (P.61).

Neste estudo, o que nos interessa precipuamente é o caso da ação dos jesuítas nos sete aldeamentos da região da bacia do rio Uruguai: São Borja (1682); São Miguel e São Luís Gonzaga e São Nicolau (1687); São Lourenço (1691); São João (1697) e Santo Ângelo (1706), porquanto foi neste território onde ocorreu a experiência relatada por Lugon (2010), qual seja, a “República Comunista Cristã dos Guaranis.”



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

O que trazia de inovador ou diferente o processo educacional e catequético dos inacianos nos pampas gaúchos? Ferreira Jr, citando estudos de Eliane Fleck, acentua que tal experiência só existiu por conta do aniquilamento da cultura guarani patrocinado pela “ortodoxia tridentina” que se opunha radicalmente às práticas dos aborígenes quanto à poligamia, à pajelança, à nudez, à antropofagia, às guerras e ao nomadismo (FERREIRA Jr, 2007: 24).

Ampliando a argumentação crítica acerca da ação pedagógica e catequista dos soldados de Jesus na América, Freyre (1978: p.109) chama a atenção para o fato de que tal ação teria sido mais deletéria do que emancipatória, até porque “o imperialismo econômico da Europa burguesa antecipou-se no religioso dos padres da Sociedade de Jesus”. A despeito de esse autor reconhecer a fidelidade dos jesuítas à igreja Católica e de terem “agido com heroísmo e com admirável firmeza na sua ortodoxia”, bem como de terem influenciado sobremaneira a vida e a cultura indígenas na América, sob a égide da atividade moral e religiosa, ressalta que:

Considerando-se, porém sob outro critério – puros agentes europeus da desintegração de valores nativos – temos que concluir pela sua influência deletéria. Tão deletéria quanto à dos colonos, seus antagonistas, que, por interesse econômico ou sensualidade pura, só enxergavam no índio a fêmea voluptuosa a empregar ou o escravo indócil a subjugar e a explorar na lavoura (FREYRE, 1978:110).

A bibliografia referente ao período colonial informa que, no geral, as ordens religiosas aceitaram ou foram cúmplices do “amansamento de índios” para, posteriormente, incorporá-los à força de trabalho e às expedições armadas rumo à interiorização do Continente Americano. Ribeiro alerta para o fato de que os jesuítas brasileiros, influenciados pelos seus companheiros paraguaios, tentaram pôr em prática o projeto utópico de “reconstrução intencional da vida social dos índios destribalizados”. (1995:54).

Mencionado autor refere-se à estratégia das missões, espaços onde eram concentrados os índios, constituindo-se comunidades “ferreamente organizadas como economias auto-suficientes, ainda que também tivessem alguma produção mercantil”.

Atesta, ainda, que os inacianos atuantes na Amazônia tentaram reproduzir estas experiências de seus confrades paraguaios. O projeto jesuítico, entretanto, era tão claramente distinto ao processo de colonização lusitano que culminou com o fato de que as missões dos soldados de Jesus em terras brasileiras não alcançassem a dimensão e o êxito obtidos pela Companhia de Jesus no Paraguai.

3. A EDUCAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA VOLTADA PARA A VIDA COMUNAL E SOLIDÁRIA DA REPÚBLICA GUARANI

Desde os primeiros tempos das reduções, o padre Maceta havia ensinado todos os meninos a ler e escrever, além das quatro operações matemáticas. Posteriormente, o ensino focou, substancialmente, a vida prática das missões, mediante a profissionalização dos jovens indígenas.

Cada redução registrava de mil a dois mil alunos em duas séries completas de aulas, respectivamente, para meninos e meninas. A frequência às aulas era obrigatória dos sete aos doze anos.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Referindo-se a registros dos jesuítas, Lugon informa que o processo educativo das meninas era ministrado por professoras escolhidas criteriosamente e que as ensinavam a ler, a rezar, a fiar, costurar e realizar as tarefas relativas às suas futuras funções na sociedade. (2010: 148).

O padre Sepp, jesuíta alemão, citado por Lugon, referiu-se aos exímios trabalhos de copistas guaranis como de qualidade igual ou superior aos da Alemanha. Muratori, outra fonte de Lugon refere-se ao fato de que a pedagogia dos jesuítas era dirigida para o preparo dos dirigentes de manufaturas, a administração de bens públicos, a fim de controlar os estoques de produtos diversos, fiscalizar o despacho de mercadorias e exercer todos os cargos administrativos da República Guarani. (LUGON, 2010: 150 e 151).

Os frutos deste processo educacional e religioso, voltado para o interesse comunitário, eram visíveis na República Guarani: igualdade de moradia, igualdade de acesso à formação profissional e cívica, igualdade nas relações e condições de trabalho e nas perspectivas de lazer. Convém ressaltar que o espírito de igualdade não impedia, entretanto, a existência das diferenças razoáveis e naturais. A escolha do lazer, por exemplo, estava condicionada às pessoas mais cultas e qualificadas, que, em geral, se dedicavam à pintura, à música, à literatura e à tradução de obras espirituais. O fato é que a mística da igualdade praticada nas missões ampliou, por demais, uma elite cívica e profissional que crescia sem cessar.

Tal façanha foi lastreada pela responsabilidade dos mais dignos dentre os missionários e exercida mais honestamente do que nas colônias espanholas e portuguesas. O binômio educação básica e cívica, mesclado com a formação cristã, contribuiu para eliminar o escândalo da miséria causada pelo luxo, no sentido da inexistência de pobres entre os habitantes da República Guarani. Havia, também, a utopia dos inicianos de perseguir o ideal de vida calcado no exemplo dos primeiros cristãos, como relatara a Bíblia. (LUGON, 2010: 152).

O apanágio da República Guarani – igualdade e fraternidade- moveu muitos missionários a se embrenharem matas afora, atraindo índios nômades e desgarrados, com o pretexto do “prazer da vida em comunidade.” Eles eram crentes dos valores da liberdade bem regrada, decorrente da ordem estabelecida, que protegia os direitos de cada um.

Fruto de estratégias educacionais lastreadas na disseminação do teatro, da música, da oratória e do solidarismo, a democracia guarani, a despeito de menos adiantada do que as de hoje, era mais real e efetiva do que a atual democracia burguesa. No início das reduções jesuíticas os caciques eram considerados chefes dos distritos. Quando as tribos se fundiram em comunidades maiores, os serviços administrativos e a definição de regulamentos impuseram a criação de funções que amenizaram o poder dos caciques. (LUGON, 2010: 63).

O sistema básico de poder era composto pelos corregedores e conselhos municipais eleitos pelos povos guaranis. A tradição das eleições e o exercício das funções públicas possibilitaram a estes povos um sentimento de sua autonomia nacional e de zelo pelo bem comum, atributos hoje considerados como “capital



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

social”. As eleições eram realizadas nos últimos dias de dezembro ou no começo do ano. Com base numa lista de candidatos, preparadas pelo conselho que saía, mas com um controle pessoal de um padre da missão.

Desconhecia-se o voto secreto e as opiniões populares se exprimiam com toda a liberdade, eficiência e conhecimento de causa. Em geral, os eleitos mantinham boa comunicação com o povo, podendo ser reeleitos. Lugon (2010) informa que as sessões do conselho eram realizadas com regularidade. Diariamente, o corregedor e os dois alcaides principais encontravam-se com o cura. Todas as decisões atinentes à vida política e econômica da cidade se decidiam *conferenciando*, ou seja, em sessões das quais participavam o cura, o chefe do conselho (corregedor) e os conselheiros. (2010: 65).

Cada redução constituía-se numa espécie de pequena república independente em sua administração interna. Por sua vez, todas as cidades eram dependentes da Confederação, no que se refere à legislação civil, penal e militar. O conjunto das reduções era gerido pelo superior-geral dos jesuítas que as visitava regularmente e, a posterior, lançava diretivas consideradas oportunas para o seu bom funcionamento. Era sua função manter a unidade e, mesmo a “uniformidade em tudo, em todas as reduções”.

Em síntese, a República Guarani praticava, no âmbito da organização política, um federalismo internacional do futuro: administração autônoma das comunidades, liberdades locais asseguradas na base de um regime político e econômico unificado.

4. A CONFIGURAÇÃO DA SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA NA REPÚBLICA GUARANI

Partindo do princípio de que os missionários, então organizados nas reduções tinham deixado de ser nômades e abandonado a caça, o setor agrícola e a agroindústria passaram a ter uma dimensão muito importante para a sua subsistência. Já nos primórdios das missões, a água era levada por canais de irrigação aos campos de agricultura. O leito destes canais era pavimentado e a água era oriunda dos rios, mediante técnicas hidráulicas. Havia grandes criatórios comunitários de peixes em cada missão.

As culturas tradicionais dos guaranis, como o milho, a mandioca, batatas e a erva-mate foram acrescidas com outras introduzidas pelos jesuítas- trigo, cevada, arroz, cana-de-açúcar, algodão e cânhamo. Cada missão tinha de seis a oito hortas e pomares, além do “jardim dos padres”, espécie de canteiro experimental e de aclimação, que media até três hectares, por detrás dos colégios. Nestas áreas foram produzidas frutas, como a uva, melão, e o abacaxi, além de flores e plantas ornamentais e medicinais, como os *jujos*, muito apreciadas pelos povos guaranis. Outra cultura muito apreciada era o “bálsamo das missões”, extraída da planta aguaraibá, comercializada intensamente para as farmácias de Madrid. Nos pomares, foram produzidas plantas e flores das quais se fabricavam perfumes de flores de laranjeira, cravo, jasmim, alecrim, lavanda, chicória e angélica. Muitas frutas foram produzidas nos pomares, como limão, laranja, pêssego, figo e romã. Não se pode deixar de registrar a enorme extração de madeiras variadas e de excelente qualidade, principalmente para o fabrico de instrumentos musicais. (LUGON, 2010: 87 a 90).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Quanto às ferramentas e implementos agrícolas, de uso coletivo, utilizados na agricultura das missões guaraníticas, concebidas e fabricadas localmente, registram-se os arados com lâminas de madeira dura, por conta da ausência absoluta de metais. Estes arados foram muito utilizados pelos colonos espanhóis no Paraguai um século depois da dissolução das missões. A par de tantas estratégias, as reduções se constituíram no modelo agrícola mais organizado e completo da América. Em geral, todos os produtos agrícolas das missões eram superiores aos outros, porque seu preparo era racional e fugia dos costumes antigos. Basta que contemplemos os resultados de sua produtividade. O milho, que formava com o trigo, a aveia e o arroz a alimentação básica, produzia até quatro colheitas anuais. O algodão, produzido em três variedades, registrou uma colheita anual de duas mil arrobas de 11,5kg em cada redução.

A cana-de-açúcar prosperou por demais no final do século XVII. Na Redução de Santa Rosa, por exemplo, produziu cerca de vinte mil quilos de açúcar branco. As reduções do Uruguai produziram e exportaram vinhos para Buenos Aires e toda a região platina. As parreiras ensejavam duas safras anuais. Muito se comenta acerca da qualidade do vinho de La Cruz. Lugon chama a atenção para a qualidade do tabaco cultivado nas missões paraguaias, semelhante ao produzido em Havana. Além do abastecimento interno das missões, muitas dessas culturas tiveram excedentes para exportação.

As fazendas de criação de gado (estâncias), em torno de centenas de hectares, continham de cinco a seis mil cabeças de gado. Cada redução de porte médio reunia em torno de 100 mil cabeças de gado, compostas de bovinos e ovinos. Fato interessante é que todo o rebanho pastava em liberdade nos limites das estâncias, que não tinham estábulos nem praticavam a ordenha. A criação era exclusivamente para a produção de carne para o consumo dos missionários.

As oficinas de tecelagem em todas as reduções produziram tecidos de que necessitavam, e, depois, para o comércio externo. Muitos tecidos finos e belos, ornamentados de flores e motivos diversos foram exportados para a Europa. As forjas e fundições, modestas e até precárias desenvolveram-se, a tal ponto, que conseguiram fundir sinos das reduções com metal importado do Chile. Posteriormente, as instalações guaranis fabricaram armas de fogo, canhões e munições. Lugon, transcrevendo fontes diversas, ressalta a riqueza de talentos encontrada nos mestres e artesãos, responsáveis pelo fabrico de relógios, clarinetas e trompetes, tão bem como nas cidades européias. (Pp. 96 a 98).

Além de obras religiosas, as missões imprimiram trabalhos linguísticos, mapas astronômicos, decorrente da primeira impressora instalada no Prata que foi trazida pelos jesuítas. Lugon ressalta o fato de que, após a expulsão dos jesuítas, os equipamentos de impressão das missões foram destruídos ou abandonados por medo dos colonialistas de o povo se instruir. É ainda o autor em destaque que revela uma opinião bastante interessante:

No Espírito das Leis, Montesquieu afirma que a obra dos jesuítas, nas missões guaranis, poderia ser classificada de grandiosa, mesmo que tivesse ficado limitada ao sucesso industrial. Realmente, essa república, perdida no meio do pampa e da floresta virgem, foi, em sua época, o único estado industrial da América do Sul. (P.100).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

A despeito das controvérsias sobre a riqueza ou não das reduções, registradas em várias páginas do livro de Lugon *A República Guarani*, este aponta categoricamente que as reduções não formavam uma nação pobre. Naquela época, nenhuma região da América, segundo ele, desfrutava de uma prosperidade tão generalizada, nem de um desenvolvimento econômico tão sadio e equilibrado.

Outra questão polêmica: havia ou não a propriedade privada de bens de produção nas reduções guaraníticas? Com origem nesse dilema, Lugon assevera que a República Guarani foi, não somente em suas grandes linhas, mas também nos detalhes, uma aplicação fiel da *Utopia* comunista de Thomas Morus. (2010: 120). Por fim, acentua que a República Guarani viveu sob o regime de propriedade comum das terras. Não ocorreram casos de propriedade particular nas missões. Comprar, vender, alugar ou legar o mais modesto pedaço de terra, utilizar o trabalho dos outros em proveito próprio, fazer da terra instrumento de exploração humana foram situações totalmente desconhecidas nas reduções guaraníticas. (P.128).

Neste sentido, as práticas de solidarismo econômico na República Guarani, ocorridas em pleno século XVII, coincidem com a noção contemporânea de economia solidária:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre os desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital, e por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. (SINGER, 2002:9).

CONCLUSÕES

Se observarmos o sentido e a exemplaridade da República Comunista Cristã dos Guaranis, em plena era da expansão colonial luso-espanhola na América dos trópicos, entenderemos o porquê de tantas investidas dos colonialistas na região das missões. Em 1750, a República Guarani parecia ter alcançado o seu ápice. Ora, há muito tempo os portugueses e seus bandeirantes paulistas cobiçavam a posse das terras banhadas pelo curso superior do rio Uruguai e do vasto e rico território das missões orientais. Além disso, já haviam dizimado algumas reduções na região do Guairá. Para agravar a situação, Portugal, nesta época, estava de posse da Colônia de Sacramento, ponto estratégico para os comerciantes espanhóis.

Com origem na forte pressão destes comerciantes, a Espanha buscou a retomada da Colônia de Sacramento. Neste ínterim, o Marquês de Pombal, vislumbrando a oportunidade de tirar partido para o seu país e ainda se vingar dos jesuítas, seus ferrenhos inimigos, propôs a troca da Colônia pelo território à margem esquerda do rio Uruguai, onde estavam as sete principais missões guaraníticas. A Espanha aceita a proposta e assina um tratado em 13 de fevereiro de 1750, determinando que os missionários desta área deveriam sair, com todos os seus pertences e bens, levando também os índios guaranis para terras espanholas. Quanto às reduções e povoados, com suas terras e prédios, deveriam pertencer, doravante, à Coroa Portuguesa.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

Estava iniciada, assim, uma das mais impiedosas tragédias da história contra os verdadeiros donos das terras da América ibérica. A despeito de todas as ponderações dos jesuítas construtores das missões, a decisão foi ratificada. O superior geral dos jesuítas conclamou aos inacianos das missões a cederem e convencer os índios à obediência. Tudo em vão. Os guaranis não aceitaram a sua expulsão daquelas terras, nem a posição adotada pela direção da Companhia de Jesus. É claro que, nem todos os inacianos aceitaram aquela situação e, muitos deles vão engrossar a resistência contra os governantes e colonialistas luso-espanhóis.

Deflagrou-se, assim, a guerra guaraníca contra os interesses da Península Ibérica. Em 1753 e 1754, sob a forte liderança de Sepé Tiaraju, o comandante dos guaranis fez recuar as forças portuguesas, forçando um armistício, jurado sob o Evangelho e que não foi cumprido

Com as negociações fracassadas, os reis de Espanha e Portugal, em 1756, ordenaram o reinício das hostilidades. Um grande exército de espanhóis e portugueses foi constituído, formando uma das tropas mais bem armadas e equipadas da época. Como descreve Lugon , “a honra colonial não podia mais suportar os fracassos acontecidos em 1753 e 1754”. (2010: 199). Sufocados a ferro e fogo, a despeito da resistência dos missionários e de um grupo de jesuítas dissidentes, morria uma grande experiência de convivência humana justa e solidária. O filósofo Reynal, citado por Lugon , assim expressou a sua visão sobre a República dos Guaranis:

Um sistema de governo no qual ninguém fica sem trabalhar, ninguém trabalha demais, no qual a alimentação é sadia, abundante, igual para todos, em que os cidadãos estão bem alojados e bem vestidos, os velhos, viúvas, órfãos e doentes são cuidados e protegidos como em bem poucos lugares do mundo, talvez em nenhum (...) o patrimônio comunitário é bem cuidado, as cidades irmãs ajudam umas às outras, em que ninguém é condenado à morte, uma república assim é a verdadeira democracia, o único lugar onde os governantes tornam felizes as pessoas que deles dependem. Essa é a grande obra dos jesuítas no Sul da América, uma obra de amor. Pois ninguém ousaria dizer que 50 missionários manteriam na escravidão 200 mil índios, sem que fugissem para as florestas, ou massacrassem seus algozes. (P. 229).

A derrota das missões guaranícas pode ser explicada pela tibieza das posições dos reinos luso-espanhóis. Ribeiro refere-se a este assunto, ressaltando a contradição dos propósitos políticos destes reinos e dos jesuítas que nunca culminou com uma posição clara sobre a liberdade ou o cativeiro dos donos da América ibérica. Para ele, a legislação que regulou este tema é contraditória e hipócrita, porque, ora decreta a guerra justa contra os índios, ora as coíbe, num “ciclo sem fim de iniquidade e falsidade”. Tudo leva a crer, portanto, que o projeto jesuítico das missões no cone sul da América foi cumprido com dignidade. E poderia ter sido mais bem difundido em todo o continente. (RIBEIRO, 1995: 101).

Contradições à parte, um dos mais graves prejuízos contra o continente colonizado foi a expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Infelizmente, venceu o projeto pragmático da colonização predatória e imperialista. Como atesta Ribeiro, os “reis missionários”, em nome da Igreja e de Deus, queriam mesmo era o reino deste mundo.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

REFERÊNCIAS

- CRISTÓVÃO, Fernando. **O olhar do viajante: dos navegadores aos exploradores**. Coimbra: Editora Gráfica Coimbra, 2003.
- FERREIRA Jr. Amarílio. Os jesuítas na pesquisa educacional. *In Revista **Em Aberto***. Brasília, v.21, n.78 p. 13-19, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.
- LUGON, Clovis. **A República Guarani**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- RAMOS, Fábio; MORAIS, Marcus V. **Eles formaram o Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.